

## NORMATIZAÇÃO, MUDIATIZAÇÃO E ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS OU: O QUE TORNA POSSÍVEL O EFEITO DE SENTIDO DE *FAKENEWS*

Solange Gallo<sup>1</sup>

Juliana da Silveira<sup>2</sup>

Vitor Pequeno<sup>3</sup>

### Introdução

É preciso dizer, inicialmente, que a expressão *fakenews* é curiosa: ela existe para tentar dar conta de um fenômeno midiático que, por um lado, não começa nem termina no que é “verdadeiro” ou “falso” (*fake*), e, por outro lado, não é, necessariamente, notícia (*News*).

Parece que na tentativa de evitar a equivocidade da expressão, nos oferecem outra, que é a de “desinformação”, tão equívoca quanto a primeira, mas que tem servido aos comunicadores, como uma palavra talvez mais adequada à reflexão sobre *fakenews*.

Mas, o que talvez seja mais interessante nesse campo temático é a disputa que se resume ao que pode ou não pode ser considerado “*fake*”, que também coloca em jogo, o que pode ou não pode ser considerado verdadeiro. Para nós, uma pergunta igualmente interessante é: a quem interessa essa “disputa”?

### Efeito de Informação/ Espaços Enunciativos informatizados

Propomos, então, antes de começarmos a falar do problema específico do funcionamento discursivo das *fakenews*, retomar, aqui, uma reflexão desenvolvida anteriormente a respeito do efeito de informação. Afirmamos, na ocasião, que esse efeito se verifica quando um enunciado se produz em uma determinada discursividade, e que dela é retirado para ser transportado para outra discursividade, perdendo, nesse movimento, sentidos pré-construídos. Uma vez inserido na nova discursividade, outros sentidos pré-construídos serão mobilizados para a interpretação do enunciado transposto, que aí é interpretado, por essa razão, como “informação” (GALLO, 2018). Ou seja, ao ser transportado, esse enunciado perde-se da memória que o fazia ter certos sentidos e, nesse movimento, encontra-se em outros sentidos, relativos a

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

<sup>2</sup> Doutora em Letras, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), com apoio financeiro da Capes.

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

outra(s) formação(ões) discursiva(s). O exemplo clássico desse funcionamento é o texto de divulgação científica.

Por outro lado, para que um enunciado tenha o efeito de “informação jornalística” é necessário que ele seja produzido em determinadas condições de legitimidade. Ou seja, o discurso no qual ele se insere, deve ser reconhecido como legítimo, um discurso de escrita, nesse caso - o discurso jornalístico.

Uma primeira constatação é a de que, por produzir-se nos contextos materiais concretos, técnicos, das redes digitais, nesses que chamamos espaços enunciativos informatizados, o enunciado “informativo” desliza da posição legitimada do discurso jornalístico, escapando, para possivelmente produzir tanto o efeito de rumor, como o efeito de *fakenews*, ou de desinformação.

Esse fenômeno de desestabilização dos sentidos produzidos e sustentados no interior de discursos de escrita, não é exclusivo ao jornalismo, é claro. Outros processos podem, e de fato se articulam da mesma forma, como vimos acontecer, no caso do discurso político, em várias eleições, nos últimos anos, inclusive a em nossa última eleição presidencial; ou ainda, no caso do discurso científico, em que temos, por exemplo, os defensores do criacionismo e da terra plana; e assim por diante. Todos esses casos podem ser compreendidos como desdobramentos do mesmo processo.

### **Normatização/ Escritorialidade/ Mdiatização**

Nas redes sociais, que consideramos serem espaços enunciativos informatizados, todo efeito “texto” se produz sob uma normatização específica, própria desses espaços (GALLO; SILVEIRA, 2017). É nesse contexto do digital, no qual outros arquivos e outras formas de texto se constituem, que se produz a forma discursiva que viemos chamar de escritorialidade. É toda uma nova relação de circulação, formulação e constituição que caracteriza a escritorialidade. E é justamente no nível da circulação que vemos acontecer um outro processo que chamamos de mdiatização. Entendemos por mdiatização, o processo que tem levado dizeres inscritos na forma discursiva de escritorialidade, a uma espécie de notoriedade, pelo modo muito particular de constituir e fazer circular os arquivos.

Pensem inicialmente nas consequências desse processo!

### **Efeito-rumor**

A primeira delas é o efeito-rumor (SILVEIRA, 2015). O efeito-rumor está relacionado ao modo como se dá a normatização nos espaços enunciativos informatizados, que como incide sobre a circulação, produz a indistinção entre discursos de escrita e de oralidade, embaralhando os critérios de legitimação dos discursos, colocando em jogo novos critérios de legitimidade. Entre eles estaria, por exemplo, o critério de notoriedade por quantificação (GALLO; SILVEIRA, 2017).

Se podemos dizer que a hashtag flui para além de uma intensa repetibilidade de um dito, produzindo efeitos no social, ou ainda que os rumores que circulam nas mídias digitais têm, igualmente, eficácia para produzir efeitos sobre a nossa formação social, sobre aquilo que não está na rede, então, o que estamos aqui salientando é justamente a materialidade discursiva digital em seu aspecto técnico, como fator determinante desses processos.

### **Objetivo do trabalho**

O que estamos sugerindo aqui, portanto, é que a base material digital técnica está determinando, em boa medida, sentidos nas formações sociais, sem que se possa operar uma distinção entre as duas dimensões, a dos espaços enunciativos informatizados e do social, uma vez que essa já é outra. Ou ainda, em outras palavras, não se pode tomar a materialidade digital separada da materialidade da língua e da materialidade histórica. E é esse gesto de compreensão que estamos propondo aqui: tratar da materialidade discursiva digital, antes mesmo de pensar nos seus efeitos, ou não priorizando os efeitos, mas sim seus processos de constituição. Só assim podemos dar um passo distanciado do *efeito* de *fakenews*, refletindo sobre sua forma material técnica constitutiva. Nessa nova forma discursiva outros fatores entram em jogo, como, por exemplo, os robôs, usados para minar os processos democráticos, mas há outros, certamente, que será preciso ainda analisar.

### **Materialidade técnica**

Podemos dizer, então, que a materialidade técnica, no caso das *fakenews*, é a condição de possibilidade tanto da normatização, quanto da midiatização que aí se vê: dois processos imbricados. Esses são dois processos próprios da materialidade técnica digital: o primeiro, a normatização, torna possível a formulação de um dizer anônimo; o segundo, a midiatização, torna possível que esse dizer ganhe notoriedade pela quantificação (pensemos no crescimento exponencial de encaminhamentos que pode ter uma mensagem no WhatsApp, ou nos compartilhamentos de vídeos, postagens, tweets...). Por esses dois processos, podemos compreender a produção do *fake*, quando lembramos que a produção do verdadeiro, a saber, do jornalístico, é, ao contrário, autoral e atravessada pela chancela institucional.

Mas como explicar o efeito de “*news*” (notícia) desses dizeres, a princípio, ilegítimos?

### **Arquivo digital**

Aqui nesse ponto precisamos entender a questão do arquivo digital, desafio permanente para a Análise de Discurso. É importante que pensemos o arquivo digital como um bibliotecário estrangeiro, que não fala a língua e não partilha dos costumes. Tendo nascido como proposta de um repositório universal, mas desprovido de um contexto histórico/ideológico para ordenar os discursos, o arquivo digital só pode

recorrer, de um lado, a formas de organização empíricas, de outro lado, a estatísticas. Por um lado, organiza os textos por categorias, e por outro, se reorganiza a partir de como esses textos circulam.

Vejamos, antes do advento do digital, a notícia era facilmente identificada pela memória discursiva, que agrega elementos da materialidade concreta de circulação, da materialidade técnica: o jornal da banca, o âncora na televisão, o papel era de um certo tipo, o programa era em um certo horário, era tudo facilmente reconhecível e isso é também do nível da memória. Mas o bibliotecário estrangeiro do espaço digital não sabe o que é, e o que não é jornalístico, por não partilhar da memória do analógico: o espaço digital não tem a mesma textura do espaço analógico. Site não é jornal, não tem a mesma legitimidade, não tem a mesma materialidade concreta, técnica. Nessa medida os textos se (des)organizam de outras formas, por outros meios.

A expressão *fakenews* é a sinalização de que algo corre risco nesse processo. Não se tem a mesma materialidade para garantir a veracidade de um fato pela via da legitimidade, e é justamente por essa razão que a divisão verdadeiro/falso precisa ser tematizada na forma da expressão *fakenews*, a mesma divisão que no discurso jornalístico era operacionalizada no esquecimento da formação discursiva, que agora se vê abalada.

### **De volta à Materialidade Técnica**

A discursividade do enunciado é determinada por mais do que a materialidade da história e da língua. Também faz parte do jogo a materialidade de suas formas concretas de circulação. O apagamento regular do papel dessa materialidade técnica constitui, na nossa leitura, algo que não pode ser descrito como menos do que uma forma de esquecimento discreta e definível para a Análise de Discurso. Um esquecimento da espessura técnica de um enunciado (PEQUENO, 2019).

Para analisar a expressão *fakenews* é preciso voltar a essa espessura, e dizer que o epicentro dessa mudança é a materialidade técnica. É daí que o abalo se origina. A explicitação é necessária porque a materialidade técnica, concreta, do gesto linguageiro, já não corresponde mais à memória histórica e a como esses enunciados são circulados pelos arquivos digitais.

O silêncio, então, precisa ser quebrado pela expressão *fakenews*, para que a posição-sujeito possa ser garantida, o que, entretanto, não acontece: o instante no qual se faz necessário fazer a distinção explícita entre o verdadeiro e o falso, para que se garanta o primeiro e se proíba o segundo, é justamente o instante que deixa visível que a distinção não é mais constitutiva do sentido, que a distinção não é mais operante, e que também a defesa da veracidade dos fatos não cabe.

No momento em que o jornal, legitimado, ocupou um lugar no espaço do digital, a sentença estava dada. Aquilo no qual todo jornalista precisa acreditar para trabalhar: de que sua legitimidade se baseia nos fatos, era efeito de uma longa narrativa institucional que se recusou a admitir a relação entre a materialidade do discurso – da história, da língua e da técnica – e o poder de determinar o que é um fato.

*Fakenews* é o lembrete de que são as materialidades que se costuram como condição de possibilidade dos discursos e que são as responsáveis por seus efeitos de sentido. Sem a materialidade técnica do jornal, o discurso jornalístico teve que se prestar a “definir” o que é, e não é, um fato. E claro, se trata de uma tentativa em vão: os “inimigos” dos fatos (os Bolsonaro, os Trumps) usam o termo com tanta autoridade quanto os mais comprometidos dos jornalistas, pois a materialidade da língua e a materialidade técnica, o permitem. É, portanto, no nível da materialidade histórica que a batalha pelo sentido da expressão, é travada.

O termo “fakenews” não está aí então para designar notícias falsas, mas como sintoma de um processo de apagamento da velha distinção: verdadeiro/falso.

### Condições de produção

Para nós, analistas de discurso, o que interessa nos efeitos de sentido de “*fakenews*”, é que eles remetem a outras condições de produção daquilo que entendíamos como “notícia”. Compreender essas condições e esse funcionamento particular, nos esclarece um pouco mais sobre as formas languageiras, forjadas na materialidade discursiva digital.

O social está se dando, cada vez mais, nessa materialidade. Consequentemente, há muitas batalhas sendo travadas nos espaços enunciativos informatizados.

Precisamos de um gesto de escuta para essa experiência.

Estamos, aqui, tentando, como Pêcheux, levantar andaimes.

### REFERÊNCIAS

GALLO, Solange Maria Leda. Discurso e Novas Tecnologias da Informação. In: NAVARRO, P.; BARONAS, R. L. (org.) *Sujeito, texto e imagem em discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritoralidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

PEQUENO, Vitor. *Tecnologia e esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem*. 2019. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335212/1/Pequeno\\_Vitor\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335212/1/Pequeno_Vitor_D.pdf). Acesso em: 30 jan. 2020.

SILVEIRA, Juliana da. *Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter*. 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: [http://www.ple.uem.br/teses\\_ple.htm](http://www.ple.uem.br/teses_ple.htm). Acesso em: 30 jan. 2020.